

Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro¹

Leticia de Luna Freire²

Resumo

Nos próximos três anos, o Rio de Janeiro sediará a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos e seus possíveis legados, tanto positivos quanto negativos, têm sido amplamente debatidos. Tendo como horizonte o contexto atual de “preparação” da cidade e os impactos sociais já evidentes com relação à moradia, este trabalho busca analisar as mobilizações coletivas contra as remoções de assentamentos populares, tomando como estudo de caso as ações desenvolvidas pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio em defesa dos moradores da Vila Autódromo, localidade vizinha à área onde será construído o Parque Olímpico.

Palavras-chave

Mobilizações Coletivas; Megaeventos Esportivos; Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro; Remoções; Vila Autódromo.

Collective mobilization in the context of sports mega-events in Rio de Janeiro

Abstract

In the coming three years, Rio de Janeiro will host the football World Cup and the Summer Olympics. The possible legacies of these events, both positive and negative, have been amply debated. Keeping in mind the context of “preparing” the city for these events, this work seeks to analyze the collective mobilizations against forced removals in “popular settlements”. We take as a case study the public acts developed by the Popular Committee of the World Cup and Olympics in defense of the Vila Autódromo, a community located in the area designated for the construction of the Olympic Park.

Keywords

Collective Mobilizations; Sporting Mega Events; Popular Committee of the World Cup and the Olympics in Rio de Janeiro; evictions; Vila Autódromo.

Como tem sido largamente difundido na grande mídia, o Rio de Janeiro sediará nos próximos três anos importantes megaeventos esportivos. Ainda que esta não seja a primeira vez que receberá eventos internacionais deste porte – haja visto, por exemplo, já ter sediado duas Conferências das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em 1992 e em 2012, os XV Jogos Pan-Americanos, em 2007, e os Jogos Mundiais Militares em 2011 – o contexto atual de sua preparação para receber a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos de Verão, em 2016, vem sinalizando a consolidação de uma nova concepção de cidade, que passa a ser vendida como uma mercadoria e administrada como uma empresa³.

Nesse modelo neoliberal, os grandes projetos arquitetônicos e eventos internacionais representam uma oportunidade privilegiada para acirrar a competição e aquecer o mercado urbano. Mas como se tentou justificar essa verdadeira obsessão, desde o início dos anos 1990, da Prefeitura do Rio de Janeiro em sediar um megaevento esportivo na cidade? A resposta pode ser encontrada na retórica de consenso ligada a esse paradigma empresarial, na qual os megaeventos passaram a ser vistos como um meio para se atingir transformações positivas nas cidades que o sediam, sobretudo as Olimpíadas, dado o seu maior impacto sobre o tecido urbano. Estas transformações, traduzidas pelo conceito de “legado social”, poderiam se repercutir em diferentes aspectos, tais como na recuperação de áreas degradadas, na melhoria da estrutura viária e do transporte público, na geração de empregos e na atração de capitais proporcionada pela exposição mundial da cidade-sede. “A oportunidade de apresentar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos na América do Sul é histórica e única”, já enunciavam o presidente da república, o governador do estado, o prefeito e o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, em carta ao presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI) Jacques Rogge, contida no dossiê da candidatura do Rio de Janeiro (BRASIL, 2009).

Conforme aponta Silvestre (2010), a aparente conscientização de empreendedores urbanos com as consequências de longo prazo de seus projetos também surgiu como resposta a uma mudança de filosofia do próprio COI, que passou a considerar o legado um fator-chave no processo de avaliação das candidaturas⁴. Entretanto, assim como na análise empreendida pelo autor sobre os primeiros anos de “preparação” de Londres para os Jogos Olímpicos de 2012 – uma das primeiras candidaturas a se fundamentar na retórica do legado social –, no Rio de Janeiro já se evidencia a ocorrência de grandes impactos sociais, nem sempre positivos, na vida dos cidadãos.

Entre problemas relacionados a orçamento, trabalho, mobilidade e segurança pública, a remoção de assentamentos populares tem sido certamente um dos pontos mais sensíveis e polêmicos deste processo, sobretudo se levarmos em conta a complexa (e, por vezes, ambígua) relação que o poder público tem mantido com as favelas da cidade ao longo de mais de um século. Na ausência de dados oficiais sobre o problema, a estimativa de movimentos sociais⁵ é de que cerca de 170 mil pessoas serão desalojadas no país em prol dos megaeventos, sendo que, no Rio de Janeiro, mais de sete mil famílias já teriam sido realocadas ou estariam com suas moradias ameaçadas, tanto de assentamentos situados na rota dos quatro corredores rodoviários em construção quanto daqueles existentes nas áreas escolhidas para receber as instalações esportivas⁶.

Ao passo que a escolha do Rio de Janeiro para sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas tem sido amplamente exaltada pelos governos municipal, estadual e federal como marco do início de um futuro promissor para a cidade, os impactos sociais com relação à moradia já evidentes no processo de preparação para sediar os megaeventos reacendeu fortemente o debate político em torno da remoção de favelas, fazendo com que movimentos sociais e organizações da sociedade civil passassem a questionar o legado que estes megaeventos poderão deixar aos seus mais de 6 milhões de habitantes. Nessa arena pública (CEFAI, 2002), composta por atores de dimensões e forças distintas, o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio vem conquistando crescente visibilidade e reconhecimento como uma voz dissonante, produzindo dissensos na retórica do consenso que embala a realização dos megaeventos na cidade.

Tendo esse contexto social e político como horizonte, buscamos neste trabalho analisar as mobilizações coletivas contra as remoções de assentamentos populares, tomando como estudo de caso as recentes ações desenvolvidas pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio em defesa dos moradores da localidade da Vila Autódromo, vizinha à área escolhida pela Prefeitura para construir o Parque Olímpico.

O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio

Em sua origem, o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio é fruto da experiência anterior do Comitê Social do Pan, movimento criado em 2005 por representantes de organizações não governamentais, associações de moradores, unidades acadêmicas e grupos ligados ao esporte. De acordo com o seu coordena-

nador, o economista Bruno Lopes, do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), este coletivo tinha como propósito “intervir criticamente na implementação dos Jogos Pan-Americanos, abrindo-o ao debate com segmentos da sociedade civil organizada e com a população diretamente afetada” (LOPES, 2007).

Durante mais de dois anos, o Comitê Social do Pan se constituiu como uma “comunidade civil” (ALEXANDER, 1998 *apud* GOHN, 2005, p. 68)⁷ voltada à fiscalização dos gastos públicos e à efetivação das metas sociais apresentadas pela Prefeitura como parte do legado dos Jogos Pan-Americanos, entre as quais se destacava a urbanização de 50% das favelas até 2007 e 100% até 2012. Apesar disso, a Prefeitura, além de não ter cumprido a meta estabelecida, acentuou ainda mais o déficit habitacional na cidade no período, removendo um grande número de residências nas áreas destinadas à construção do Estádio Olímpico João Havelange, no Engenho de Dentro, e da Vila Pan-Americana, na Barra da Tijuca, onde os quase 1.500 apartamentos construídos com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador foram vendidos para particulares das classes média e alta. Ainda assim, o Comitê Social do Pan conseguiu aglutinar outros grupos e organizações civis, obtendo vitórias importantes, como impedir, com o apoio do Ministério Público, a ampliação da Marina da Glória para a construção de garagens de lanchas, centro de convenções e restaurantes, aumentando a privatização e a elitização do já tão disputado espaço da orla⁸.

Quando o Rio de Janeiro foi eleito, ainda em 2007, como sede da Copa do Mundo de Futebol, alguns integrantes do Comitê Social do Pan continuaram a se mobilizar de forma mais difusa. Quando a cidade também foi eleita como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, formou-se então o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio. Sem uma estrutura organizacional rígida, o Comitê Popular constituiu-se como um fórum híbrido, agregando novos atores da sociedade civil, representantes de movimentos sociais, organizações não governamentais, lideranças de localidades atingidas pelas obras, políticos socialistas, pesquisadores e estudantes universitários. Desde meados de 2011, esta ação coletiva (CEFAÏ, 2007)⁹ vem ganhando força e crescendo tanto em número de participantes quanto na dimensão de suas ações, conquistando um crescente reconhecimento público como agente crítico do processo em curso na cidade.

De acordo com apresentação no seu sítio eletrônico, o Comitê Popular se soma a um conjunto de organizações e lideranças populares que vêm discutindo, desde o Fórum Social Urbano de 2010, “estratégias para enfrentar o

modelo excludente de política urbana implementada no Rio de Janeiro, motivada pela construção de imagem de cidade global para os chamados megaeventos esportivos”. Nesse sentido, tem como objetivo “resistir à construção de uma cidade de exceção e pressionar para estabelecer um processo amplo e democrático de discussão sobre qual deve ser o real legado dos megaeventos”¹⁰. Trata-se, portanto, de um projeto político que expressa o desejo de transformação social, incorporando uma visão de mundo universalista, mas que, para conquistar hegemonia, deve ser construído em constante disputa com outros projetos.

Internamente, o Comitê Popular funciona através da realização de reuniões semanais, realizadas em espaços cedidos por sindicatos e organizações que apoiam a sua luta, alternando-se entre plenárias, onde se discutem assuntos de interesse geral do coletivo, como denúncias de violações de direitos e atos do poder público, e reuniões de grupos de trabalho, nos quais os participantes se dividem a partir de interesses em temas e ações específicos, como a produção de um manifesto e a organização de estratégias para enfrentar as remoções. De forma mais esporádica, membros do Comitê Popular do Rio reúnem-se com membros de outros comitês populares, tanto em reuniões presenciais, em alguma das doze cidades-sede da Copa do Mundo, quanto em reuniões realizadas pela internet, para organizar atividades conjuntas e fortalecer o movimento em nível nacional.

Dentre os principais tipos de ação do comitê estão: a produção de documentos e dossiês; a realização de atos de protesto e manifestações; a organização de debates públicos; a realização de atividades de capacitação e formação de multiplicadores; e a organização de campanhas sobre temas considerados de maior relevância. Em relação à Vila Autódromo, uma série de iniciativas foi realizada no sentido de apoiar a luta dos moradores, impulsionada pela participação ativa de uma de suas lideranças no extinto Comitê Social do Pan e no atual Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas. Dentre estas iniciativas, destacam-se a participação de representantes da Associação de Moradores em debates realizados em universidades, sindicatos e outros espaços; a realização de um grande ato público durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, em junho de 2012, e a organização da Campanha Vila a Vila Autódromo, contra a remoção da localidade e de todas as outras também ameaçadas por conta dos megaeventos esportivos. É o desenvolvimento dessa

ação coletiva, de caráter mais duradouro e orientada por uma preocupação com a promoção de um bem público (o direito à moradia), que será objeto de nossa análise, não sem antes, porém, apresentarmos brevemente as razões que fizeram esta localidade ser representada como símbolo de resistência contra as remoções no atual contexto social e político da cidade, mesmo que sua luta ainda esteja longe do fim.

Vila Autódromo: a construção de um símbolo de resistência

Quando o Rio de Janeiro ainda era Estado da Guanabara, a região de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca era uma zona rural e sem infraestrutura urbana, cuja população se resumia a pequenos agricultores e famílias de pescadores artesanais que habitavam em torno do complexo lagunar do qual dependia sua subsistência.

Acompanhando o processo de desenvolvimento urbano que ganhou força na região a partir dos anos 1970, algumas lagoas foram parcialmente aterradas para viabilizar as construções do Autódromo, do Riocentro e de um conjunto residencial da Aeronáutica. Tanto estas construções quanto a degradação ambiental das lagoas empurraram as famílias dos antigos pescadores e de outras que haviam migrado para ali em busca de trabalho para uma estreita faixa de terra pública entre os muros do Autódromo e a sinuosa margem da Lagoa de Jacarepaguá, dando origem à localidade que passou a se chamar Vila Autódromo. Com a crescente expansão da malha urbana e o incremento do mercado imobiliário, expresso no surgimento de luxuosos condomínios residenciais voltados às classes mais abastadas, um número crescente de trabalhadores pobres também foi se estabelecendo na região, dando origem a novas localidades, como Camorim e Rio das Pedras, e adensando as já existentes, como a Vila Autódromo, vivendo em condições precárias de moradia¹¹.

Margeada pela Lagoa de Jacarepaguá, o Autódromo Nelson Piquet e o cruzamento das atuais Avenidas Salvador Allende e Abelardo Bueno, a Vila Autódromo possui hoje cerca de 350 famílias, de perfil bastante diverso no que se refere à origem, escolaridade, trabalho e renda¹². Apenas no final dos anos 1980, com a criação da Associação dos Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo (AMPAVA), os moradores passaram a ter acesso à energia elétrica, água encanada e pavimentação, fossas sépticas e sumidouros nas residências, além de obterem documentação formal, na Marinha e no IBAMA, para os pescadores remanescentes.



Imagem 1. A localidade de Vila Autódromo, com a Avenida Abelardo Bueno ao norte, o Autódromo Nelson Piquet a leste, a Lagoa de Jacarepaguá ao sul e a Avenida Salvador Allende a oeste. **Fonte:** Google Earth.

Como ressalta Silva (2005), o início das tentativas de remoção da localidade coincidiu com a rápida valorização dos terrenos nessa região. Em 1993, os moradores sofreram a primeira ameaça de remoção, através de uma Ação Civil Pública movida pelo então subprefeito de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca, Eduardo Paes (atual prefeito da cidade), baseada no argumento de que a Vila Autódromo causava “dano urbano, estético e ambiental” (AMPAVA, 2012). Conquistando muitos aliados, os moradores conseguiram, porém, reverter naquele momento a situação. No ano seguinte, o Governo do Estado – na gestão de Leonel Brizola, então opositor político do prefeito Cesar Maia – forneceu, através da Secretaria da Habitação e Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro, a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) do terreno de sua propriedade para 77 famílias pelo período de trinta e cinco anos. Em 1996, ainda durante a gestão do subprefeito Eduardo Paes, diante de intensas chuvas que se abateram sobre a cidade, a prefeitura ameaçou remover a localidade por considerá-la “área de risco”. Beneficiada pelas disputas políticas entre os governos municipal e estadual, Vila Autódromo foi mais uma vez preservada. Em 1998, o plano da subprefeitura foi obstaculizado pela renovação da CDRU pelo então governador Marcello Alencar pelo período de noventa e nove anos, incorporando praticamente o dobro de famílias beneficiadas.

Em 2002, o Rio de Janeiro foi eleito como sede dos XV Jogos Pan-Americanos, o que foi amplamente festejado pela Prefeitura, que há quase uma década vinha concorrendo para sediar megaeventos esportivos na cidade¹³. Diferentemente das candidaturas anteriores, em que as principais instalações estavam previstas de serem construídas em áreas consideradas “subutilizadas”, como a Ilha do Fundão, desta vez os equipamentos esportivos se concentrariam na região que vivia pleno processo de expansão urbana, atraindo investimentos imobiliários voltados aos anseios de uma parcela da população com elevado poder aquisitivo: a Barra da Tijuca. Não por acaso, o enorme terreno ocupado pelo Autódromo Nelson Piquet e outras áreas nos arredores, incluindo as localidades Canal do Cortado, Canal do Anil, Arroio Pavuna e Vila Autódromo, seriam diretamente afetadas pelas obras de construção da Vila Olímpica e do Complexo Esportivo¹⁴.

Em 2004, durante o processo de licitação para as obras na área do autódromo, os moradores foram surpreendidos com a realização, em poucos dias, de um cadastramento por uma assistente social da Secretaria de Habitação para obras de saneamento na localidade, mas que se revelou posteriormente como sendo uma ação enganosa da Prefeitura para subsidiar a remoção, tendo como pretexto os Jogos Pan-Americanos¹⁵. Conforme relata uma representante da AMPAVA, “usaram de mentira para cadastrar todo mundo para remoção” (MENDES, 2007).

A despeito de Arroio Pavuna e Canal do Cortado, que foram parcialmente removidas, Canal do Anil e Vila Autódromo conseguiram, com o apoio do Comitê Social do Pan, resistir através de diversas ações de mobilização, como atos de protesto, audiências públicas, reuniões no Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) e na Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA). Em janeiro de 2005, através da Lei Complementar nº 74/2005, o prefeito Cesar Maia decretou a área ocupada pelo autódromo e seu entorno, excluindo apenas a faixa marginal de proteção da lagoa, como “área de especial interesse social”, permitindo usos para fins residencial, comercial (incluindo hotelaria), esportivo e de lazer de natureza turística. Apesar de prever, no artigo 2º, a construção dos equipamentos esportivos necessários à realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007, a pista do autódromo permaneceu intacta¹⁶, ficando como legado na região apenas a construção de um parque aquático, um velódromo e uma arena multiuso, hoje considerados subutilizados, e um pouco mais distante dali, a Vila do Pan, que se tornou depois alvo de processos judiciais em função de vários problemas de infraestrutura¹⁷.

Com o anúncio, em outubro de 2009, da realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 no Rio de Janeiro, as ameaças de remoção da Vila Autódromo retornaram com mais força. Acompanhando a crescente valorização do metro quadrado da Barra da Tijuca¹⁸, “a região que mais cresce no Rio de Janeiro” receberia, segundo o documento oficial da candidatura, a maior parte das instalações, investimentos em infraestrutura de transportes, aumento da oferta habitacional privada e social, além da recuperação ambiental de lagoas e parques (BRASIL, 2009). A alegada oferta habitacional não previa, entretanto, a permanência dos moradores da Vila Autódromo, cuja área seria destinada para a ampliação das Avenidas Abelardo Bueno e Salvador Allende, de acordo com o Plano de Legado Urbano e Ambiental Rio 2016 (AMPAVA, 2012).

Reforçando esse modelo de tratamento dos assentamentos populares, a Prefeitura apresentou entre as metas do Plano Estratégico de Governo lançado em dezembro de 2009 a redução de 3,5% das áreas ocupadas por favelas na cidade, o que corresponderia, em metros quadrados, ao bairro inteiro do Leblon¹⁹. Entre as 119 favelas listadas que seriam removidas até o final de 2012 por estarem “em locais de risco de deslizamento ou inundação, de proteção ambiental ou destinados a logradouros públicos”, estavam a Favela do Metrô – vizinha ao Estádio Jornalista Mário Filho, mais conhecido como Maracanã – e a Vila Autódromo, ambas diretamente afetadas pelas obras de preparação para os megaeventos esportivos²⁰.

O projeto que venceu o concurso internacional promovido pela Empresa Olímpica Municipal em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil para se definir o plano urbanístico do Parque Olímpico – principal justificativa para a remoção – contemplava, contudo, a permanência da Vila Autódromo. Diante da situação, que sugeriria que a real motivação política para a remoção da localidade era o favorecimento de interesses imobiliários privados na região²¹, a AMPAVA organizou, com apoio de movimentos sociais, uma manifestação em fevereiro de 2010 na sede da Prefeitura. No mês seguinte, em uma reunião com representantes da Secretaria Especial Rio 2016, da Secretaria de Habitação e da Defensoria Pública, a justificativa para a remoção apresentada pelo prefeito aos representantes da AMPAVA visava atender exigências do COI, em que “as condições de segurança deveriam ser garantidas pela criação de uma área livre junto ao perímetro do Autódromo e a faixa marginal de proteção da Lagoa de Jacarepaguá” (AMPAVA, 2012).

Nesse contexto, quanto mais o Rio de Janeiro atraía a atenção da grande mídia internacional, mais o caso da Vila Autódromo ganhava visibilidade pública, tendo o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas contribuído significativamente na promoção dessa visibilidade e na denúncia das violações de direitos cometidas contra os moradores.



Imagens 2 e 3. Duas cenas de um único dia na Vila Autódromo. À esquerda, a rua que tangencia o autódromo ainda pouco movimentada após uma chuva fina. Minutos depois, ativistas de diversos movimentos sociais espalham-se pelas ruas da localidade em ato unificado da Cúpula dos Povos, durante a Conferência da ONU para o Desenvolvimento Sustentável, em 20/06/12. **Fotos:** Leticia de Luna, 2012.

Buscando preservar a imagem da Prefeitura, o então secretário municipal de habitação Jorge Bittar realizou, em outubro de 2011, uma reunião na localidade a fim de apresentar a proposta de realocação dos moradores em um conjunto habitacional a ser construído no bairro, garantindo que ninguém sairia dali sem moradia e ressaltando as qualidades dos futuros apartamentos. Mais uma vez, porém, a justificativa para a desapropriação da área recaía sobre as exigências do COI.

Diante da variedade de argumentos que foram sendo evocados para justificar a remoção – todos rebatidos pela Defensoria Pública – nasceu, nesse período, a proposta de se criar um Plano Popular de Urbanização da localidade. Apresentado como “alternativa à injusta, injustificável e ilegal tentativa de remoção” (AMPAVA, 2012), o plano foi elaborado pela Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, com assessoria técnica de arquitetos, engenheiros, economistas e cientistas sociais do Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NE-

PAC-ETTERN/IPPUR-UFRJ) e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/UFF), com o apoio do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio, no qual alguns integrantes desses laboratórios estavam engajados. Resultado da troca de experiências e conhecimentos entre a população local e as equipes das duas universidades públicas, o processo de formulação do plano pautou-se pela realização de levantamentos de campo, oficinas e assembleias com os moradores, através das quais eram decididas as prioridades em termos de moradia, saneamento, meio ambiente, transporte, educação, saúde e cultura.

Em dezembro de 2011, uma versão preliminar do plano foi apresentada e debatida em assembleia. Três meses depois, no processo de licitação da concessão do Parque Olímpico, do qual 75% da área pública seria destinado à incorporação de empreendimentos imobiliários, a remoção da Vila Autódromo passou a ser justificada pela Prefeitura por uma alça viária, até então não prevista, ligando dois dos corredores expressos rodoviários construídos²², e que cortaria ao meio a área ocupada pelos moradores.

Paralelamente, ocorreram mais cinco assembleias para acertar os últimos detalhes do plano de urbanização, sendo o documento final aprovado em agosto de 2012. Neste, o último trecho de apresentação da Vila Autódromo expressa o significado político do plano, discriminando sem meias palavras o conflito de interesses em jogo:

Não somos uma ameaça ao meio-ambiente, nem à paisagem nem à segurança de ninguém. Somos uma ameaça apenas a quem não reconhece a função social da propriedade e a função social da cidade. Ameaçamos quem quer violar nosso direito constitucional à moradia. Somos uma ameaça apenas para os que querem especular com a terra urbana e para os políticos que servem a seus interesses (AMPAVA, 2012, p. 10)²³.

Foi nesse momento efervescente de elaboração do plano de urbanização como contraproposta ao plano de remoção, em que parte da população local esteve ativamente envolvida, que o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas pôde criar e aproveitar a estrutura de oportunidades políticas²⁴ para ampliar a visibilidade e o apoio à luta dos moradores, através, dentre outras ações, da organização de uma campanha pública.

A campanha “Viva a Vila Autódromo”

O combate às remoções forçadas de assentamentos urbanos populares é uma das principais causas defendidas pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, estando em consonância com a luta de centenas de organizações e movimentos sociais em outros países aonde vêm se impondo um modelo de desenvolvimento econômico neoliberal que prioriza o lucro antes das pessoas²⁵. Diante das remoções planejadas e já efetivadas na cidade do Rio de Janeiro pelo poder público a pretexto dos megaeventos esportivos, a proposta da campanha em defesa dos moradores desses assentamentos tornou-se uma das frentes de ação prementes do comitê.



Imagem 4. Logomarca da campanha.

Embora seu lema fosse “Por um Rio sem remoções”, a campanha foi concebida com o propósito mais imediato de impedir a remoção da Vila Autódromo, reforçando, nesse sentido, a representação da localidade como símbolo de resistência. Em uma das primeiras reuniões do grupo de trabalho encarregado de elaborar e organizar a campanha, uma representante do Movimento Nacional da Luta por Moradia (MNLM) evocou o caso da ocupação Dandara, na periferia de Belo Horizonte, que através da campanha “Despejo não, com Dandara eu luto!” e da elaboração de um plano urbanístico, tem conseguido impedir desde 2009 a reintegração de posse do terreno ocupado por cerca de mil famílias²⁶. Assim, a campanha do Comitê Popular nasceu tendo como pressuposto a aposta de que o

sucesso da resistência da Vila Autódromo, diante de todas as ofensivas, pudesse fortalecer a luta de outras localidades também ameaçadas, intimidando a ação da Prefeitura. Nas palavras de uma integrante do comitê, “se a Vila Autódromo conseguir ficar, todas as outras ficam. Se ela cair, todas as outras também caem”.

Com a assessoria voluntária de um profissional especializado de uma das organizações sociais de direitos humanos ligadas ao Comitê Popular, a campanha foi aos poucos se estruturando. Destacam-se, a esse respeito, as discussões para a definição do conteúdo do manifesto que representaria o espírito e o objetivo da campanha, devendo ser capaz de atrair a atenção de um público o mais vasto possível. Numa delas, envolvendo todos os integrantes do comitê em plenária, houve discordâncias sobre o foco na Vila Autódromo. Para alguns, a campanha deveria ter, desde o início, um caráter mais amplo, combatendo as remoções forçadas de maneira geral. Assim, apoiar a campanha significaria fortalecer as denúncias das arbitrariedades e do desrespeito cometido aos direitos dos cidadãos nesses processos e reivindicar a paralisação imediata dessa forma de ação do poder público, sem se ater às particularidades de uma ou outra localidade afetada. Para outros, a campanha teria mais efetividade e maior impacto sobre a opinião pública se fizesse justamente o caminho inverso, partindo da defesa de uma localidade cuja situação já vinha se tornando conhecida diante das sucessivas ofensivas da Prefeitura para então reivindicar a defesa do direito à moradia como um interesse universal, comum a todos os seres humanos. Essa estratégia, partindo do local para o global, foi a apresentada pelos integrantes do grupo de trabalho responsável por organizar a campanha, do qual participavam, entre outros, líderes locais da Vila Autódromo e do Arroio Pavuna, e a que prevaleceu então na sua orientação.

O manifesto criado, intitulado “Vila Autódromo: um bairro marcado para viver”, expressa o acordo que equilibrou as controvérsias manifestadas pelo grupo. Descrevendo as ameaças de remoção sofridas desde antes do anúncio da realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas, o documento ressalta que “os moradores aprenderam a resistir, afirmando seu direito à moradia diante do poder do mercado imobiliário aliado aos sucessivos governos”. Faz referência ainda que tal direito é garantido pela Constituição Federal e está expresso na concessão de uso dada pelo Estado aos moradores, visando evidenciar a legalidade da ocupação e a luta pela sua urbanização, a fim de contrapor à frequente imagem utilizada para substanciar a remoção, identificando-os como invasores e esbulhadores do meio ambiente. Além disso, o manifesto reforça o fato de ser “um dos poucos bairros

populares que não está submetido a traficantes ou milícias”. A referência à Vila Autódromo como “bairro”, por oposição à “favela”, não é, portanto, aleatória²⁷.

O manifesto não se reduz, entretanto, a denunciar a levandade dos argumentos apresentados para justificar a remoção e tampouco sugere os moradores serem vistos como passivas vítimas, mas como sujeitos que resistem e oferecem uma alternativa para negociar democraticamente a solução para o conflito. O Plano Popular é assim referido como “uma realização da cidadania”, que mostra que é técnica e socialmente viável urbanizar a localidade. No trecho final, o manifesto evoca, para tanto, a dimensão de interesse geral que se busca alcançar, convocando a sociedade a se engajar na campanha, “que é uma luta dos moradores da Vila Autódromo, mas é também, e, sobretudo, uma luta de todos por uma cidade justa e igualitária”. Citando os nomes de várias outras localidades que foram removidas ou estão ameaçadas de desaparecer, o último parágrafo convoca o leitor a assinar a petição em defesa desse bem comum:

Convidamos todos os cidadãos e cidadãs a dizer: PAREM AS REMOÇÕES! Apelamos à sensibilidade e responsabilidade das autoridades governamentais, da Prefeitura do Rio de Janeiro, da FIFA e do Comitê Olímpico Internacional para que as medalhas entregues aos atletas da Copa do Mundo 2014 e dos Jogos Olímpicos 2016 não sejam cunhadas com o sofrimento e a dor de milhares de famílias expulsas de suas casas e de suas vidas. Viva a Vila Autódromo! Vivam todas as comunidades populares da Cidade do Rio de Janeiro!

Diante das escassas condições materiais existentes no Comitê Popular²⁸ e das dificuldades de penetrar os meios de comunicação de massa tradicionais, como jornal e televisão²⁹, a internet mostrou-se como uma ferramenta de grande repercussão para ações deste tipo, hoje reunidas sob o rótulo de *ciberativismo*. Após as definições do conteúdo da campanha, uma das primeiras iniciativas foi a elaboração de um sítio eletrônico associado ao Portal da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa³⁰, no qual constariam, entre outros, o manifesto acoplado à petição pública, um pequeno texto sobre a história da localidade, o documento final do Plano Popular da Vila Autódromo e breves relatos de pessoas que apoiam a campanha. Visando ampliar a sua visibilidade e atingir um público o mais abrangente possível, a campanha também foi difundida nas redes sociais, como twitter e facebook, assim como através da impressão de abaixo-assinados, cartazes e camisetas com a marca da campanha.

Para além das estratégias visuais e midiáticas, pretendemos analisar sobretudo as estratégias discursivas da campanha, ou seja, como os integrantes do Comitê Popular construíram um contradiscurso, justificando a permanência dos moradores da Vila Autódromo na área e como buscaram, através dessa campanha, convencer a sociedade a respeito disso, tentando ampliar o número de aliados e influenciar a opinião pública.

Na perspectiva de uma sociologia da capacidade crítica (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991), o caso da Vila Autódromo pode ser entendido como uma situação de conflito que envolve disputas sobre os critérios de justificação acerca da permanência ou não dos moradores na área, no sentido do que seria o justo. Numa descrição bastante simplificada da situação, temos, de um lado, a Prefeitura, que, com o apoio do Governo do Estado, vê a Vila Autódromo como uma ameaça ao meio ambiente (pela sua proximidade com a lagoa), à segurança do megaevento esportivo (pela sua proximidade com o Parque Olímpico), às obras de mobilidade urbana (por estar situada na rota das vias expressas) e, finalmente, como um dano ao padrão estético do bairro (marcado pela presença de *shoppings centers* e condomínios residenciais de luxo). Por outro lado, temos a Associação de Moradores, que, com o apoio do Comitê Popular e outros movimentos e organizações sociais, alega que os habitantes preservam a lagoa, da qual muitos ainda extraem sua subsistência, e acusam os grandes condomínios residenciais de serem seus maiores poluidores; que a localidade não oferece risco à realização dos Jogos Olímpicos, já que não apresenta problemas de criminalidade relacionados à presença de tráfico de drogas ou milícia, comuns a muitas favelas da zona oeste; que não impede as obras de mobilidade urbana, já que o projeto anterior aprovado não englobava a área; e que a localidade não pode ser acusada publicamente de ser um desvio estético, já que beleza é algo inteiramente subjetivo e que, nesse sentido, o mesmo poderia ser dito em relação aos condomínios e *shoppings centers* construídos posteriormente à formação da localidade e que mudaram por completo a paisagem da região.

Tendo em vista a pluralidade de maneiras as quais a prefeitura lançou mão para justificar a remoção da Vila Autódromo, o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, para enfraquecer os argumentos do adversário e defender os moradores, acionou, através da campanha, regimes de justificação (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991) também diversos, baseados simultaneamente em três “ordens de grandeza” (ou mundos comuns)³¹.

O primeiro tipo de justificação pode ser dito como proveniente daquilo que os autores denominam de mundo doméstico (*monde domestique*). Trata-se de uma forma de justificar a ação que apela à antiguidade e aos vínculos particulares existentes entre os moradores e seu local de moradia, buscando afastá-los de uma imagem externa negativa que os coloca como esbulhadores do meio ambiente, mostrando, ao contrário, o quanto possuem uma relação de dependência e proteção com o lugar. Como diz Cefai (2007), a ação coletiva não está toda no agir, mas também no *sofrer* e no *compartilhar*, ou seja, em sua dimensão afetiva. Para além dos sentimentos de indignação e revolta que unem os integrantes do comitê em torno dessa causa, a campanha buscava também envolver afetivamente pessoas distantes daquelas que eram diretamente atingidas pela remoção, levando-as a se indignarem em conjunto e a se mobilizarem em público.

Um exemplo disso está presente no discurso público de lideranças locais em suas constantes referências à “comunidade”, mas também em uma pequena seção do sítio eletrônico da campanha intitulada “As memórias dos moradores”, na qual são expostos fotos e frases de três moradores, a fim de mostrar o que a Vila Autódromo, enquanto “casa”, lhes representa. Para Jorge Carlos de Azevedo, por exemplo, sua casa é a sua vida, o seu conforto e segurança. Para Francisco Marinho, é o refúgio de sua família, seu “porto seguro”. Esta forma de “humanizar” o conflito, mostrando as pessoas afetadas, com seus nomes e sobrenomes, tende a produzir uma identificação do público, fazendo com que, por meio de um constrangimento emocional, ele acabe se identificando também com a causa defendida pela campanha.

O segundo tipo de justificação pode ser dito como proveniente do mundo mercantil (*monde marchand*). Trata-se de uma forma de justificar a ação com base em uma linguagem técnica que apela à racionalidade econômica. Na campanha, isso se expressa na grande ênfase dada ao Plano Popular da Vila Autódromo, mostrando que urbanizar a localidade é tecnicamente viável e menos custoso do que removê-la. Segundo os cálculos estimados, a implementação do plano de urbanização custaria R\$13,5 milhões, valor que corresponde a apenas 35% dos R\$38 milhões previstos pela Prefeitura para o reassentamento total da população em outro terreno. Um quadro comparativo expressa, com maiores detalhes, as vantagens, do ponto de vista racional, da implementação do plano popular em relação ao plano da prefeitura, como a diferença abissal de custos estimados da urbanização e reassentamento dos moradores na própria localidade – R\$13.526.000,00 – e a produção de unidades

habitacionais para reassentá-los no terreno que está sendo adquirido pela Prefeitura – R\$28.350.000,00 (AMPAVA, 2012).

Por último, pode-se identificar um terceiro tipo de justificação proveniente do mundo cívico (*monde civique*), que apela à linguagem do direito e da justiça, mostrando que os moradores têm legitimidade jurídica de permanecer no local. Isso se expressa nas diversas referências às legislações vigentes (por exemplo, o direito à moradia garantido pela Constituição Federal), ressaltando, sobretudo, a Concessão de Direito Real de Uso emitida pelo Governo do Estado, proprietário do terreno, aos moradores nos anos 1990. Em relação aos moradores que ocupam a margem da lagoa, infringindo a legislação ambiental que estabelece a distância mínima de 15 metros, o Plano Popular – apresentado, conforme dissemos, como “alternativa à injusta, injustificável e ilegal tentativa de remoção” – propõe a realocação desses moradores no interior da própria localidade, de modo que todos tenham seu direito à moradia garantido e totalmente em acordo com a legislação. Além disso, prevê uma área de recuperação ambiental da faixa marginal da lagoa e da beira de córrego de 23 mil m², atendendo à Resolução CONAMA n° 369/2006, que dispõe sobre a regularização fundiária sustentável em área urbana de interesse social, afastando qualquer argumento ambiental deste tipo para justificar a remoção da localidade. Finalmente, é no sentido de expressar a demanda por justiça que o Plano Popular também pode ser lido como “uma realização da cidadania”.

A campanha “Vila a Vila Autódromo” foi oficialmente lançada pelo Comitê Popular durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, quando, através da participação de um representante na organização da Cúpula dos Povos³² conseguiu-se fazer com que a localidade, situada a menos de um quilômetro de distância do Riocentro, onde ocorria a conferência dos chefes de estado, sediasse um grande ato público, capaz de reunir cerca de dois mil ativistas dos mais diversos movimentos sociais. O ato teve início no dia 19 de junho de 2012, com uma vigília na localidade com alguns grupos e movimentos sociais. Na manhã seguinte, os ativistas fizeram uma marcha simbólica por toda a comunidade, seguida por falas de militantes e apoiadores num carro de som, fechando uma das faixas da Avenida Salvador Allende, próxima ao Riocentro, onde os manifestantes se depararam com uma barricada com mais de 50 policiais fortemente armados e equipados com tanques e cavalos. Para além da diversidade de causas defendidas pelos manifestantes, este grande ato fez com que o caso da Vila Autódromo ganhasse eco nas páginas dos principais jornais brasileiros e estran-

geiros³³. Segundo o dirigente da Via Campesina (uma dos movimentos sociais que participaram da organização do ato), Luis Zarref, sua importância se deu porque:

a Vila Autódromo é um símbolo de resistência de todas as comunidades que estão sofrendo despejos pelos megaeventos, grandes investimentos, corporações, enfim, pelos projetos de desenvolvimento que são contrários aos interesses do povo. É um ato também que simboliza a luta dos desterritorializados, que estão sendo expulsos não só no espaço urbano, mas no campo e nas comunidades tradicionais³⁴.

Ainda em 2012, ocorreram outras duas oportunidades políticas de se dar destaque à luta contra a remoção. Em primeiro lugar, o término dos Jogos Olímpicos em Londres e a chegada, no dia 13 de agosto, da famigerada “bandeira olímpica” empenhada pelo prefeito Eduardo Paes – evento que simbolizava a transformação oficial do Rio de Janeiro em “cidade olímpica”. Ainda que a chegada ao aeroporto internacional ocorresse na tarde de uma segunda-feira, dificultando a participação de um grande número de membros do comitê, cerca de dez manifestantes se dirigiram ao aeroporto para protestar, de forma bem humorada, contra os gastos bilionários de recursos públicos sem controle social e as violações de direitos cometidas em prol das Olimpíadas. Apesar de pequeno, o ato teve um impacto simbólico considerável, com os manifestantes usando roupas esportivas e simulando a entrega de um “troféu remoção” para o prefeito. Ao serem entrevistados por jornalistas, os manifestantes citavam sempre, em suas falas, o caso da Vila Autódromo. Na mesma semana, outra oportunidade foi criada pelos próprios integrantes da AMPAVA, que, com o apoio do Comitê Popular e das equipes da UFF e da UFRJ, conseguiram agendar, no início do período eleitoral, uma audiência com o prefeito, na qual o Plano Popular da Vila Autódromo seria oficialmente apresentado como uma contraproposta à remoção. Realizada no dia 16 de agosto, a audiência, porém, foi avaliada negativamente pelos participantes na plenária do comitê em função da resposta pouco acolhedora, para não dizer desqualificadora, do prefeito. Ainda assim, conseguiram garantir algumas notas na mídia que fizessem com que a entrega oficial do plano popular figurasse como um fato político.

Durante as eleições municipais, o caso da Vila Autódromo também fez parte do repertório de campanha de quase todos os candidatos a prefeito, especialmente do discurso do maior adversário de Eduardo Paes, o deputado estadual Marcelo Freixo, do partido socialista PSOL, que criticava duramente as remoções de assen-

tamentos populares. Com a reeleição de Eduardo Paes e a premência de novas questões, o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio concentrou-se em outras ações³⁵, mantendo, porém, ativa a campanha contra a remoção da Vila Autódromo³⁶.

Considerações finais

O apego dos favelados às suas desumanas moradas explica-se facilmente: eles não entraram numa casa pronta, a casa foi saindo do seu corpo como sai da escultura ou molde. A demolição de um barraco exige anestesia total do seu criador, pois supera em sofrimento e em sentimento de alienação qualquer desfalque cirúrgico. Demole-se o prolongamento de uma ossatura, de uma cartilagem, de uma carnação. Comparemo-la à destruição do ninho que o pássaro construiu com as penas arrancadas uma a uma do próprio corpo, desanimado de encontrar material e decidido a servir cristãmente a natureza (PONGETTI, Henrique. Súplica aos Párias. Revista Manchete, 17/05/1958).

Este trecho de uma crônica de revista foi reproduzido num dos capítulos do primeiro grande estudo realizado sobre as favelas cariocas, no final dos anos 1950³⁷, com o intuito de analisar o traço característico da favela na paisagem urbana do período: o barraco. Seguindo a metáfora do cronista, o relatório do estudo dizia que “o barraco parece um ser vivo que vai mudando a casca, com o tempo, tornando-se mais estável num anseio quase humano de permanência”, evidenciando-nos, de maneira poética, aquilo que Licia Valladares (1978) e vários outros pesquisadores em distintos contextos já apontaram:³⁸ que a remoção de uma localidade constituída não se resume ao deslocamento espacial de pessoas e benfeitorias, mas resulta, muitas vezes, na dissolução de um estilo de vida costurado, ao longo do tempo, na interação com os outros moradores e com o próprio sistema construído. Se, por um lado, a maioria das residências da Vila Autódromo não possui a estrutura frágil dos barracos improvisados com tábuas de madeira e a aparência desumana mencionada acima, a relação afetiva construída juntamente com o espaço de moradia e o sentimento de pertencimento ao lugar ainda se faz presente entre os habitantes da localidade e de muitos outros assentamentos ameaçados de remoção.

As ações desenvolvidas pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio, juntamente com a iniciativa inovadora do plano popular de urbanização valorizam este aspecto, contribuindo para instaurar uma controvérsia, fazendo com

que a localidade adquirisse certa notoriedade como um “símbolo de resistência”, não apenas às remoções forçadas de assentamentos populares, mas ao projeto de cidade que vem sendo construído para desfrute de uma pequena parcela da população carioca. Uma vez que a força política de um movimento é dada pelo projeto político que ele constrói, pelos valores que o sustentam, pelo impacto de suas ações, pelos desafios que enfrenta e a forma como faz isso (GOHN, 2005, p. 38), a força da Campanha Viva a Vila Autódromo está, portanto, em contribuir para que o problema social enfrentado pelos moradores ameaçados de remoção extrapolasse a dimensão local e ganhasse as páginas dos jornais, transformando-o em um “problema público” (GUSFIELD, 2009). Como vimos, esse processo implica a utilização de táticas argumentativas persuasivas por parte dos grupos envolvidos na disputa por uma definição do problema, atribuindo causalidades e responsabilidades políticas, mas também julgamentos morais sobre o mesmo.

Se o destino dos moradores da Vila Autódromo ainda é incerto, o Comitê Popular prossegue nadando contra a corrente, produzindo dissensos em relação às ações do poder público e comemorando as pequenas conquistas. Afinal, assim como nos ideais do Barão de Coubertin³⁹ expressos no juramento olímpico, para os que militam no comitê, “a coisa mais importante na vida não é o triunfo, mas a luta. O essencial não é ter vencido, mas ter lutado bem”.

Referências

ALEXANDER, Jeffrey C. (ed.). *Real civil societies*. Dilemmas of Institutionalization. London: Sage, 1998.

ALONSO, Angela. *As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate*. Lua Nova, São Paulo, n°76, p.49-86, 2009.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO (AMPAVA). *Plano Popular da Vila Autódromo*. Plano de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural. 2012.

BENEDICTO, Danielle Barros de Moura. *Desafiando o coro dos contentes: vozes dissonantes no processo de implementação dos Jogos Pan-Americanos, Rio 2007*. Tese (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2008.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *A sociologia da capacidade crítica*. Antropolítica, n° 23, p.121-144, 2° sem. 2007.

BRASIL. *Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016*, janeiro de 2009.

BREVIGLIERI, Marc; STAVO-DEBAUGE. *Le geste pragmatique de la sociologie française: autour des travaux de Luc Boltanski et Laurent Thévenot*. Antropolítica, n° 7, p. 7-22, 2° sem. 1999.

CEFAÏ, Daniel. *Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva*. Dilemas. Rio de Janeiro n° 4, vol.2, p.11-48, abr/mai/jun 2009.

CEFAÏ, Daniel. *Qu'est-ce qu'une arène publique?: quelques pistes pour une approche pragmatiste*. In: _____. *L'héritage du pragmatism: conflit d'urbanité et épreuves du civisme*. La Tour d'Aigues: Éditions de L'aube, p.51-81, 2002.

CEFAÏ, Daniel. *Porquoi se mobilise-t-on? Les théories de l'action collective*. Paris: La Découverte, M.A.U.S.S, 2007.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO. *Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. 2012.

FREIRE, Leticia de Luna. *Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados*. Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, n.2, vol.1, p.95-114, out-nov-dez 2008.

GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

GUSFIELD, Joseph. *La culture des problèmes publics*. L'alcool au volant: la production d'un ordre symbolique. Paris: Ecomnomica, 2009.

HARVEY, David. *Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. Espaço & Debates, NERU, n° 39, p. 48-64, 1996.

LOPES, Bruno. *Pan 2007: Pan para o povo ou para poucos?* In: Massa Crítica. Rio de Janeiro, n° 22. PACS, 2007.

MASCARENHAS, Gilmar. *Desenvolvimento urbano e grandes eventos esportivos: o legado olímpico nas cidades*. In: MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda (orgs). *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: EduERJ, p.27-39, 2011.

MASCARENHAS, Gilmar; BORGES, Fátima; MARQUES, Carla Nogueira. *Como ficam os movimentos sociais em tempos de empreendedorismo urbano? Conflitos e articulações por ocasião do Pan-2007*. In: MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda (orgs). *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p.195-216, 2011.

MENDES, Inalva. *Entrevista*. Revista Democracia Viva. IBASE, 2007.

MELLO, Marco Antonio da Silva; MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; FREIRE, Leticia de Luna; SIMÕES, Soraya Silveira. *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2012.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno; SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos *et alli*. *Quando a rua vira casa*. A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio de Janeiro: IBAM, 1981.

MOTA, Fabio Reis. *Deslocamentos, movimentos e engajamentos: as formas plurais da ação humana na perspectiva de Laurent Thévenot*. Antropolítica, n° 24, p. 221-234, 1° sem, 2008.

OMENA, Erick. *Desafios no caminho para o "Rio 2016": o que nos dizem as experiências anteriores?* In: E-metropolis. Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais, ano 2, p.14-24, março de 2011.

PÉTONNET, Colette. *On est tous dans le brouillard*. Paris: Éditions du C.T.H.S., 2002.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro (2013-2016). Rio de Janeiro, 2012.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro (2009-2012). Rio de Janeiro, 2008.

SAGMACS. Aspectos Humanos da Favela Carioca. Suplementos especiais (13 e 15/04/1960). Jornal O Estado de São Paulo. 1960.

SILVA, Heitor Ney Mathias da. *Da terra de ninguém para a terra dos fidalgos: o caso da Vila Autódromo*. Monografia (Especialização) - Curso de Pós-Graduação em Planejamento e Uso do Solo Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2005.

SILVESTRE, Gabriel. *A retórica do legado social em megaeventos: Londres e os Jogos Olímpicos de 2012*. In: Conferência Internacional Megaeventos e Cidade. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

SIMÕES, Soraya Silveira. *Cruzada São Sebastião do Leblon*: uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, 2008.

VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa*: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VAINER, Carlos. *Pátria, empresa e mercadoria*: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (orgs). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, p.75-103, 2000.

Notas

- 1 Este trabalho integra os primeiros resultados de projetos de pesquisa independentes do qual participo na Universidade Federal Fluminense: “As cidades, seus problemas e seus públicos: mobilizações coletivas, territorialidades e políticas públicas de administração institucional de conflitos”, financiado pela FAPERJ, e “Processos e formas de participação social nas políticas públicas urbanas e de administração de justiça, em perspectiva comparada”, financiado pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES.
- 2 Antropóloga, pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (bolsista CAPES), pesquisadora do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ) e do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (InEAC-UIFF). E-mail: leluna2005@yahoo.com.br.
- 3 Sobre os significados e os efeitos do empresariamento urbano, ver HARVEY (1996) e VAINER (2000). Sobre a mudança de paradigma do planejamento modernista para o planejamento dito estratégico no que tange a organização das competições olímpicas e seu impacto nas cidades, ver Mascarenhas (2011).
- 4 De acordo com o autor, essa exigência decorreu de um processo de reforma institucional do COI a fim de garantir maior eficiência administrativa e transparência política, incorporando conceitos como sustentabilidade e responsabilidade social e buscando preservar a imagem das Olimpíadas, sobretudo após a excessiva comercialização dos Jogos de Atlanta de 1996 e um escândalo de corrupção na eleição dos Jogos de Inverno de 2002.
- 5 Segundo dados coletados de diversas fontes e reunidos no Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro (COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO, 2012).
- 6 Uma apresentação institucional das obras e intervenções urbanas realizadas por conta das Olimpíadas encontra-se no sítio eletrônico criado pela Prefeitura para mostrar “como o Rio vai ser em 2016”: <http://www.cidadeolimpica.com>.

- 7 No sentido atribuído pelo autor, entendemos sociedade civil como uma esfera solidária na qual certo tipo de comunidade universal cresce gradualmente, expressa pela opinião pública, com códigos e narrativas próprios expressos em idiomas democráticos, modelada por um conjunto de instituições particulares e práticas interativas de civilidade, igualdade, criticismo e respeito. Para uma análise da diversidade de interpretações e significados do conceito de sociedade civil, ver GOHN, 2005.
- 8 Sobre o sucesso dessa mobilização em defesa da Marina da Glória, ver MASCARENHAS, BORGES e MARQUES (2011).
- 9 Segundo o autor, ação coletiva pode ser geralmente entendida como uma “ação concertada” (*action concertée*) que remete à tentativa de constituição de um coletivo, mais ou menos formalizado e institucionalizado pelos indivíduos que procuram atingir um objetivo compartilhado, em contextos de cooperação e de competição com outros coletivos (CEFAÍ, 2007, p.8).
- 10 <http://comitepopulario.wordpress.com>
- 11 Algumas informações sobre o processo de ocupação da localidade foram extraídas do sítio eletrônico mantido pela Associação de Moradores na internet: <http://comunidadevilaautodromo.blogspot.com.br/>
- 12 Além dos antigos pescadores e trabalhadores da construção civil que migraram para a região, a localidade recebeu, por exemplo, em 1989, diversas famílias oriundas da favela Cardoso Fontes, removida de Jacarepaguá pela Prefeitura.
- 13 A chamada “era Cesar Maia”, que perdeu por seus três mandatos e os dois de seus aliados políticos (Luiz Paulo Conde e Eduardo Paes), pode ser apontada como responsável pelo ingresso da cidade na disputa por sediar os megaeventos internacionais, incorporando o modelo do empresariamento urbano na elaboração do primeiro Plano Estratégico da América Latina.
- 14 É curioso notar que, a partir desse momento, a região limítrofe onde se situa a Vila Autódromo passou a ser considerada pela Prefeitura como pertencendo à Barra da Tijuca, bairro tido como mais valorizado do que Jacarepaguá.
- 15 Conforme registro em ata de reunião na prefeitura realizada em 12/05/2005, entre Ruy Cezar, da Secretaria dos Jogos Pan-Americanos, Roberto Ainbinder, da Secretara Especial Rio 2007, Sérgio Poggi, da Secretaria Municipal de Urbanismo, Luiz da Mata, da Procuradoria Geral do Município, e Maria Helena Salomão, da Secretaria Municipal de Habitação.
- 16 Isto não significa que as obras tenham escapado de contestações por parte da Confederação Brasileira de Automobilismo, que as acusou de não seguirem as normas estabelecidas pelos órgãos esportivos oficiais, além de prejudicarem o funcionamento da competição de 2006. Sobre o movimento “SOS Autódromo” e as manifestações contra as remoções de favelas surgidos à época, ver: BENEDICTO, 2008.
- 17 Ver a esse respeito: <http://oglobo.globo.com/rio/vila-do-pan-vira-dor-de-cabeca-para-moradores-prefeitura-decide-intervir-temendo-prejuizos-para-imagem-do-rio-como-sede-olimpica-2775789>

- 18 Segundo a análise do economista Fernando Nogueira da Costa, a Barra da Tijuca começou a atrair grande parte dos antigos compradores de imóveis da zona sul, tendo se valorizado 24% de 2010 a 2011. Para se ter uma ideia do que isso representa, enquanto o valor do metro quadrado em área residencial próxima ao autódromo custava, em 2007, R\$3.800, esse mesmo metro quadrado passou a custar R\$5.700 em 2011. (<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2011/05/18/especulacao-imobiliaria-no-rio-de-janeiro-2/>)
- 19 No mais recente Plano Estratégico de Governo a meta é de se “alcançar pelo menos 5% de redução de áreas ocupadas por favelas na cidade até 2016, tendo como referência o ano de 2008” (PREFEITURA DA CIDADE, 2012).
- 20 <http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-removera-119-favelas-ate-fim-de-2012-3072053#ixzz1giwxc35>
- 21 Como descreve OMENA (2011), a presença de tensões entre empreendedores imobiliários e favelas da região já existia antes mesmo dos Jogos Pan-Americanos, mas a realização dos megaeventos contribuiu para acirrar os conflitos, na medida em que a existência de tais favelas é apontada pelos empreendedores urbanos como motivo de desvalorização dos novos imóveis. Um exemplo emblemático citado por BENEDICTO (2008) foi o caso da remoção das 67 famílias da favela Arroio Pavuna de uma área localizada entre o terreno destinado à construção do Centro Metropolitano da Cidade do Rio de Janeiro, do qual a construtora Carvalho Hosken era proprietária de uma parte, e à construção do luxuoso Condomínio Rio 2, do qual a mesma construtora foi responsável, além de ter sido uma das maiores doadoras de campanha do prefeito Cesar Maia.
- 22 Trata-se das vias expressas denominadas “Transolímpica”, ligando os bairros da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes aos bairros de Magalhães Bastos e Deodoro, e “Transcarioca”, ligando a Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional, na Ilha do Governador.
- 23 É também recusando ser vista como uma “ameaça” que a Vila Autódromo mostra-se receptiva aos visitantes, jornalistas e pesquisadores que passaram a frequentá-la, exibindo placas de boas-vindas nas suas principais vias de acesso com a seguinte frase em três idiomas (português, inglês e espanhol): “Uma comunidade ordeira e pacífica desde 1967”.
- 24 Entendemos “estrutura de oportunidades políticas” no sentido atribuído por Sidney Tarrow como as dimensões formais e informais do ambiente político, que abrem ou criam canais para expressão de reivindicações para grupos sociais de fora da polity. Nesse sentido, são em estruturas favoráveis que grupos insatisfeitos organizam-se para expressar suas reivindicações na arena pública (ALONSO, 2009, p.55). Compartilhamos, no entanto, da perspectiva pragmática esmiuçada por CEFAÏ (2009, p. 17), pensando as mobilizações coletivas como processos dinâmicos de constituição de problemas públicos. Mais do que ser coagido por estruturas de oportunidade política, o público redefine o horizonte de possíveis, cria “arenas públicas”.
- 25 “People before profits” é, aliás, o título de um curta-documentário recentemente produzido pela organização de direitos humanos Witness, que revela os efeitos comuns deste modelo de desenvolvimento no que se refere a remoções de localidades pobres em vários países dos cinco continentes.

- 26 Ver, a esse respeito: <http://ocupacaodandara.blogspot.com.br>
- 27 Em artigo anterior, discuto a política de significados em torno dos usos dessas categorias pelos atores sociais em processos de grandes intervenções urbanas (FREIRE, 2008).
- 28 O Comitê Popular não recebe nenhum tipo de financiamento, sendo suas ações geralmente custeadas com recursos dos próprios integrantes e das organizações e entidades parceiras. Para se ter alguma reserva, a cada plenária os participantes fazem voluntariamente pequenas doações em dinheiro, que são recolhidos e administrados por um ou dois de seus membros.
- 29 A análise das matérias produzidas nesses dois últimos anos sobre a Vila Autódromo por um dos maiores jornais do país (*O Globo*) tem evidenciado a incorporação, por parte da sua editoria, dos argumentos da prefeitura, reforçando o projeto de remoção da localidade. Por outro lado, as matérias produzidas nesse período pela grande imprensa internacional (como *Le Monde* e *New York Times*) tendem a fazer uma cobertura mais ampla sobre o conflito, dando voz aos moradores e aos movimentos sociais que defendem a sua permanência na região.
- 30 www.portalpopulardacopa.org.br
- 31 Os autores introduzem o conceito de “ordens de grandeza” (ordres de grandeur) para se referir às diferentes maneiras de justificar publicamente uma ação. Segundo a sua tipologia, seis tipos se destacariam como suficientes, pelo menos no contexto francês, para descrever as justificativas que funcionam na maioria das situações ordinárias: inspirada, doméstica, cívica, da opinião, mercantil e industrial. Construídos sobre distintas ordens de grandeza, cada um desses “mundos comuns” orienta um sentido ordinário do justo. Uma apresentação concisa dessa perspectiva pode ser encontrada em BREVIGLIERI e STAVO-DEBAUGE (1999) e BOLTANSKI e THÉVENOT (2007). Sobre a extensão dessa perspectiva seguida por THÉVENOT, ver MOTA (2008).
- 32 A Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental foi um evento organizado pela sociedade civil global que aconteceu, no Aterro do Flamengo, entre os dias 15 e 23 de junho, paralelamente à Conferência da ONU, para se debater as implicações e os efeitos da chamada “economia verde”.
- 33 Uma matéria do *Le Monde*, por exemplo, publicada no mesmo dia deu amplo destaque à situação da localidade, ressaltando o contraste entre a realidade local e as discussões globais acerca do desenvolvimento sustentável, tal como sugere o seu título: “Rio+20: “Qu’ils nettoient devant leur porte avant de parler de la planète!”.
- 34 <http://cupuladospovos.org.br/2012/06/movimentos-sociais-apoiam-luta-de-resistencia-da-vila-autodromo/>
- 35 Entre os meses de outubro e novembro, por exemplo, o lançamento da minuta do edital de concessão do Estádio Jornalista Mário Filho por parte do Governo do Estado e a realização de uma tumultuada audiência pública, exigiu o envolvimento e a atenção de todo o coletivo, diante da gravidade dos fatos envolvendo o complexo do Maracanã e seus arredores, como a transferência da gestão do estádio para a iniciativa privada e a demolição da Escola Municipal Friedenreich, do Estádio de Atletismo Célio de Barros, do Parque Aquático Júlio Delamare e do Museu do Índio.

- 36 Até o dia 30/10/12, o manifesto já havia sido assinado por quase 3.000 pessoas, número ainda aquém da meta estabelecida pelos organizadores, que era de reunir cinco mil assinaturas.
- 37 O estudo “Aspectos Humanos da Favela Carioca” foi realizado sob a coordenação técnica do sociólogo José Arthur Rios pela extinta SAGMACS, sob encomenda do jornal *O Estado de São Paulo*, que o publicou integralmente em dois suplementos especiais em 1960. Sobre a atualidade deste estudo, ver MELLO, MACHADO DA SILVA, FREIRE E SIMÕES (2012).
- 38 Ver, por exemplo, as pesquisas desenvolvidas por Simões (2008) sobre a remoção da favela da Praia do Pinto e a construção do conjunto habitacional da Cruzada São Sebastião; por MELLO, VOGEL, SANTOS *et alli* (1981) sobre o processo de renovação urbana de um bairro tradicional da cidade, ou, ainda, o estudo etnográfico de PÉTONNET (2002) sobre a política de remoção das bidonvilles empreendida na região parisiense na década de 1960.
- 39 Pierre de Frédy (1863-1937), mais conhecido pelo título nobliárquico de Barão de Coubertin, foi o fundador dos Jogos Olímpicos da era moderna.

Recebido em novembro de 2012, aceito para publicação em janeiro de 2013.

